



Sharan Burrow eleita Secretária Geral da CSI

Sharan Burrow foi eleita, no passado dia 25 de Junho, Secretária Geral da Confederação Sindical Internacional (CSI) no 2º Congresso Mundial que decorreu em Vancouver, no Canadá.

Sharan Burrow sucede assim a Guy Ryder, o primeiro Secretário Geral da CSI, e torna-se a primeira mulher a ser eleita para liderar a maior confederação sindical internacional.

Michael Sommer, da DGB, foi eleito Presidente desta Confederação, Jaap Wienen Secretário Geral Adjunto, Luc Cortebeek, da CSC (Bélgica), foi eleito para Presidente do Conselho Geral da CSI e Nair Goulart, da Força Sindical (Brasil), para Vice-presidente .

Discurso de Sharan Burrow - Secretária Geral da CSI

O Poder Sindical – A Justiça Mundial

2º Congresso Mundial da CSI, Vancouver, 29-06-10

Caros e Caras Delegados(as), Amigos(as), Camaradas: Bem-vindos ao 2º Congresso Mundial da CSI

Permitam-me, em primeiro lugar, expressar o meu reconhecimento aos representantes das Primeiras Nações do Canadá e apresentar os meus respetos aos que os antecederam, tanto aos contemporâneos como aos mais antigos.

Permitam-me, também, expressar o meu reconhecimento ao grande Congresso do Canadiano do Trabalho (Canadian Labour Congress – CLC) e agradecer a Ken Georgetti a sua hospitalidade nesta cidade magnífica de Vancouver e o seu compromisso com o sindicalismo mundial que o levou, bem como à sua equipa, a realizar todo o trabalho necessário que irá permitir as deliberações desta semana.



Durante a nossa reunião, há 4 anos, tomamos a decisão histórica de criar uma nova organização sindical e uma nova internacionalização. Os delegados (as) presentes em Viena deram assim origem à CSI e a um sindicalismo mundial reforçado. Comprometemo-nos com uma nova internacionalização que permita combater a pobreza, o desemprego, a violação dos direitos humanos e sindicais e também o poder de globalização das empresas; uma globalização que explora e que está na origem de uma crise da segurança alimentar, do emprego precário e do aumento da economia informal. Reconhecemos também que é necessário que os sindicatos exerçam influência noutros domínios, especialmente nas matérias relativas às alterações climáticas – em resumo, comprometemo-nos com uma CSI com uma determinação renovada para abordar todas as áreas onde as desigualdades e a insegurança são crescentes.

Anunciámos de seguida os desafios que se colocam quanto à criação de emprego, à migração económica, à descida da parte dos salários relativamente aos lucros das empresas, à exclusão social e a um sistema comercial injusto.

Infelizmente, tínhamos razão, pois os desequilíbrios mundiais que pareciam então evidentes vieram a agravar-se quando o mundo mergulhou numa crise financeira mundial, uma crise provocada pela ganância extrema das empresas e pela falta de regulação dos governos, muitas vezes submetidos ao poder dos conselhos de administração.

Da crise à justiça mundial: Neste percurso no qual estamos determinados necessita de uma transformação económica e social que coloque as pessoas em primeiro plano. Daí o tema do nosso Congresso: “Agora as Pessoas”.

Depois da fundação da CSI, o objectivo comum e a solidariedade ficaram ancorados e são reconhecidos por nós e por aqueles com os quais militamos. Na sua introdução ao principal relatório apresentado ao Congresso, Guy Ryder expôs este esforço e as conquistas alcançadas e, quero aqui referir, que estamos orgulhosos das nossas acções. Guy Ryder sublinhou, com razão, que o mundo está numa encruzilhada. Afirmou claramente que estamos no fio da navalha entre um futuro que pode oferecer um trabalho digno, um desenvolvimento equilibrado e um melhor nível de vida e um futuro que pode mergulhar milhões de pessoas no desemprego, na pobreza e no sofrimento.

Ao longo das últimas semanas, esse fio da navalha tornou-se mais cortante.

Durante os últimos 18 meses, os líderes mundiais reconheceram a necessidade urgente de reequilibrar a economia mundial e anunciaram políticas que colocam no centro da recuperação económica o emprego, a regulação dos mercados financeiro, os investimentos na economia verde e a implementação de um modelo de crescimento e de desenvolvimento. Contudo, os acontecimentos e as decisões políticas na Europa, no decorrer das últimas semanas, abalaram as perspectivas da economia mundial e, consequentemente, da dignidade e segurança dos trabalhadores.

Estes acontecimentos dominarão os nossos debates esta semana na medida em que temos de responder com determinação e solidariedade, propondo alternativas inteligentes que abordem os desafios políticos colocados aos decisores dispostos, uma vez mais, a castigarem os trabalhadores, visto deixarem os mercados financeiros dominar a política mundial para servir os seus próprios interesses.

Como é que chegámos a este estado? Como é que chegámos a uma situação onde o mundo parece ainda pior para os trabalhadores/as e suas famílias do que há quatro anos?

Convém recordar o mês de Outubro de 2008 quando a economia mundial entrou em recessão. A agitação dos mercados financeiros desregulados e a ganância extrema daqueles que controlam os mercados e os seus lucros tornaram-se evidentes. A crise financeira quebrou a confiança e a segurança. Os mercados financeiros congelaram. Os investidores afastaram-se. As trocas comerciais estagnaram. Os consumidores deixaram de comprar. Os trabalhadores foram despedidos. Durante vários meses, o capitalismo esteve, efectivamente, ameaçado.

Tudo isto por causa de uma crise que começou em Wall Street, mas que rapidamente se estendeu aos quatro cantos do mundo. O seu impacto foi mesmo sentido nos países mais pobres, onde os investimentos estrangeiros se evaporaram, as remessas de dinheiros caíram, o desenvolvimento estagnou e as oportunidades oferecidas aos trabalhadores migrantes desapareceram.

As questões da segurança alimentar, da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e os compromissos financeiros, a luta contra a pobreza e o desenvolvimento, essenciais para alcançar a justiça mundial, foram colocadas em segundo plano.

Tínhamos alguma esperança que após a emergência do G20 e da acção de diversos responsáveis por políticas públicas que adoptaram uma perspectiva colectiva, armados de coragem e com a noção cristalina da história económica, conseguíssemos ver o nascimento de um novo paradigma económico.

Em geral, os directores dos bancos centrais e os Ministros das Finanças lembraram-se das lições dos anos 30 e responderam propondo uma série de medidas extraordinárias de relançamento monetário e orçamental.

Essas políticas seriam suficientes para colocar um ponto final na recessão mundial que se tinha transformado numa nova Grande Depressão.

Apesar de alguns resultados brilhantes em alguns países, nomeadamente no Brasil, na Argentina, no Chile e na Austrália, a recuperação do emprego não foi universal. O desemprego e o sub-emprego à escala mundial continuaram a aumentar ao longo do ano de 2009 e durante o primeiro semestre deste ano. Mesmo para os mais bafejados pela sorte que conseguiram manter os seus empregos, num elevado número de países os salários desceram, as violações dos direitos dos trabalhadores/as aumentaram e os níveis de vida deterioraram-se. O fosso entre ricos e pobres continuou a alargar-se, tanto a nível nacional como entre países.

O imperativo segundo o qual os governos deviam manter as medidas de relançamento orçamental e monetário durante tempo bastante para assegurar a recuperação do consumo e dos investimentos privados era suficientemente sólido para garantir que a retoma seria a política adoptada.

No entanto, no decurso dos dois últimos meses pudemos observar, que os governos europeus uns atrás dos outros, foram forçados a precipitarem-se de uma forma prematura e suicida a fim de implementarem as medidas de austeridade susceptíveis de acalmarem a turbulência dos mercados financeiros. O pânico provocado pelo montante da dívida na Europa, que começou na Grécia mas que rapidamente se estendeu a outros países, significa que a hipótese de uma recessão profunda se transformou actualmente numa forte probabilidade.

Caros/as colegas, este problema não será apenas um exclusivo europeu. É evidente que se os países ricos mergulharem numa recessão profunda, rapidamente o impacto dessa recessão se fará sentir nas fábricas e nos locais de trabalho de toda a América Latina, África e Ásia. Na nossa economia global, a queda da procura na Europa hoje não augurarà nada de bom para os trabalhadores agrícolas nos Camarões, para os trabalhadores do sector hoteleiro nas Caraíbas e para os trabalhadores no Camboja – em resumo, para os trabalhadores de todo o mundo.

Porque é que estamos novamente à beira de um desastre económico precisamente no momento em que começávamos a avistar a luz ao fundo do túnel?

Parece que os mais importantes responsáveis políticos ao nível nacional perderam a coragem. Tendo implementado uma estratégia macroeconómica adequada, não conseguiram logo gerir as importantes tarefas que se impunham, isto é, uma nova regulação do mercado financeiro, uma regulação que limitasse legalmente o poder e o impacto das relações privilegiadas dos “iniciados” entre os maiores bancos, as instituições financeiras, as agências de notação e os maiores investidores de acções e obrigações.

Ao contrário, pudemos constatar que esse grupo de “iniciados” restabelecia e reafirmava o seu poder político e financeiro no decurso do ano passado. Em primeiro lugar, verificámos que essas instituições aumentavam rapidamente as taxas aos clientes a fim de aumentarem os lucros e para que os prémios dos quadros superiores das instituições financeiras alcançassem novamente os níveis absurdos de antes da crise. Em segundo lugar, vimos como utilizavam o seu poder junto dos meios de comunicação internacionais no sentido de lançarem uma campanha de intimidação contra os resultados de uma nova regulação a favor da eficácia e crescimento económicos. Em terceiro lugar, assistimos ao colocar em prática a sua tática de dividir para melhor reinar pela qual ameaçaram os governos dispostos a regular os respectivos mercados financeiros – ameaçaram os países de os fazerem perder a sua quota de mercado em benefício de outros países que decidiram ser os “aproveitadores” (“free riders”), ao não

impôr a necessária regulação. Resumindo, vimo-los de novo abusarem do seu poder para castigarem os governos eleitos cujas políticas e princípios não apreciavam.

O facto de um País como a Espanha, que registou um excedente orçamental em 2007, 2006 e 2005, défices nas contas públicas inferiores a 2% do PIB durante os primeiros cinco anos desta década e que tem sido objecto de especulações e de fortes pressões sobre os mercados de obrigações ao longo das últimas semanas, demonstra claramente que os mercados financeiros mantêm o seu poder de implementarem políticas que são, seguramente, contra os interesses da população em geral.

A crise económica em Espanha é uma crise provocada e alimentada pelo sector privado. Só numa ínfima parte é que é uma consequência das políticas governamentais. Não obstante, ao longo dos últimos meses, o governo socialista em Espanha foi confrontado com dificuldades crescentes na venda de obrigações e no levantamento das receitas sobre os mercados de capitais para assegurar o refinanciamento necessário da dívida pública. O FMI interveio, mas em troca de um apoio caso fosse necessário, o governo espanhol introduziu uma série de medidas de austeridade dramáticas. A magnitude do ajustamento orçamental e o período de contracção são extremos. A redução da despesa pública e o aumento dos impostos conduzirão a uma redução de 10% do PIB no equilíbrio orçamental primário de 2009 a 2013.

Em comentário a essas medidas, o Fundo Monetário Internacional afirmou:

“Concordamos inteiramente com esse plano de recuperação, pois ele reforça de uma forma significativa e cobre totalmente o ajustamento previsto, melhorando a credibilidade ao adoptar medidas concretas e audaciosas, nomeadamente com a redução dos salários no sector público.”

O FMI analisou igualmente a “reforma” das pensões e do mercado de trabalho, o sistema de negociação colectiva, a legislação laboral e a protecção do emprego. Esta organização exortou o governo espanhol a colocar rapidamente em marcha reformas radicais em todos estes domínios.

Mas isto não ficará só por Espanha. Os salários da função pública foram reduzidos 25% na Roménia, milhares de empregos foram destruídos na Alemanha e assim sucessivamente.

Esta situação assemelha-se ao lado mais negro dos programas de estabilidade e de ajustamento estrutural que foram postos em prática em 1980 e 1990, na altura do “Consenso de Washington”. O novo FMI começa a parecer-se com o antigo FMI e os trabalhadores/as em África, na América Latina e na Ásia conhecem o sofrimento que esta receita produz.

Caros/as colegas, o director geral do FMI falará amanhã. Merece um julgamento justo pois no inicio desta crise colocou-se ao nosso lado e defendeu, repetida e consistentemente, medidas de recuperação orçamental e para o emprego. Existia um compromisso de colaborar com a OIT, de promover um crescimento dos rendimentos,

da protecção social, do salário mínimo e da negociação colectiva e evitar uma deflação salarial. O Pacto Mundial para o Emprego consagra um enquadramento adoptado na óptica de garantir um crescimento económico e relançar a procura interna. No entanto, queremos saber porque é que ele estava relutante e porque é que o FMI parece, presentemente, favorecer a austeridade orçamental num elevado número de países. Ninguém nega que o ajustamento ao longo dos anos não é importante, mas é certamente crítico o momento escolhido; é necessária uma estratégia de crescimento para combater a dívida, sem prejudicar novamente as condições e os níveis de vida dos trabalhadores/as e sem o perigo de uma nova turbulência económica.

Enquanto nós estamos aqui reunidos em Vancouver, sabemos que os líderes do G20 se irão reunir no próximo fim-de-semana na outra ponta do Canadá. Essa reunião no Canadá não augura nada de bom.

Os ministros das Finanças do G20 reuniram-se recentemente. Embora aparentemente as suas opiniões não tenham sido unânimes, parece que a maioria dos Ministros das Finanças querem agora um rápido retorno ao passado, como se nada tivesse acontecido. Um retorno às políticas infrutíferas do “Consenso de Washington” e aos mais desastrosos pontos dos programas de estabilidade e de ajustamento estrutural dos anos de 1980 e 1990.

No seio dos mercados financeiros, são muitos os que estão convictos que todos os países que têm um défice devem agora aplicar uma contracção orçamental massiva e rápida e uma desregulação do mercado de trabalho. Por outras palavras, é proposto que o sofrimento imposto aos funcionários públicos, aos pensionistas e aos pobres na Grécia, em Espanha e em Portugal seja difundido e imposto aos nossos membros a nível mundial.

Isto não terá o nosso acordo! Estas medidas, supostamente, deviam provocar magicamente um aumento da produtividade e uma aceleração do crescimento económico com o objectivo de compensar as reduções orçamentais. Contudo, isto passa de um sonho meramente económico.

Se os trabalhadores forem forçados a voltar de novo às ruas para combater a ortodoxia da desregulação do mercado de trabalho, da baixa de salários, das reduções das pensões, das prestações do subsídio de desemprego, dos empregos nos serviços públicos e na administração pública, os sindicatos estarão na primeira linha dessa mobilização.

Assiste-se ao regresso dos fanáticos que defendem o “Consenso de Washington”. Dos fanáticos que nunca estiveram numa fábrica, numa mina, num jardim-escola, numa escola, num hospital ou na proximidade uma zona franca de exportação. Fanáticos que consideram qualquer tipo de regulamentação ou de instituição do mercado do trabalho como um rígido entrave à produtividade e ao equilíbrio dos mercados, sem ter em conta os direitos dos trabalhadores, a discriminação das mulheres, a insegurança do trabalho precário, as injustiças ou a pobreza à escala mundial. Fanáticos que continuam a apoiar um modelo que se revelou infrutífero excepto para eles - um modelo que, apesar do

sucesso da recuperação orçamental ter poupado 20 milhões de postos de trabalho, foi confrontado com a supressão de 34 milhões, mais 200 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema e que nos colocou perante o desafio de criar 300 milhões de postos de trabalho nos próximos anos de forma a garantir uma rápida urbanização e o aumento da mão-de-obra nas economias emergentes.

A nossa tarefa é a de lhes fazermos barreira e de convenceremos os dirigentes políticos – e aqueles que ambicionam alcançar um cargo político – que se seguirem os conselhos destes fanáticos a consequência será um autêntico suicídio político, económico e social bem como o do respectivo governo.

Nós temos outras opções políticas, começando pelo “Pacto Mundial para o Emprego” da OIT – em que o crescimento económico se baseia na distribuição justa dos rendimentos, na dignidade da protecção social, no salário mínimo, na justiça distributiva da negociação colectiva, no poder do investimento no sector público, na promoção dos empregos no sector privado pelo aumento da procura global, na necessidade ambiental de se investir na economia verde promotora igualmente da criação de emprego, na oportunidade e na produtividade facilitada pelo investimento na educação, na formação, na pesquisa e no desenvolvimento – o trabalho digno; locais de trabalho onde a liberdade sindical e o direito à organização e à negociação colectiva são respeitados.

Nós também temos um poder económico. O nosso anfitrião, Ken Georgetti, é dirigente da Comissão de Capital dos Trabalhadores da CSI. 16 Mil milhões de dólares é mais ou menos a quantia que hoje é gerida pelos fiduciários e ainda maior seria se os governos tivessem de declarar e alocar as prestações acumuladas das pensões presentemente incorporadas nas receitas consolidadas. Podemos e devemos integrar as estratégias do capital dos trabalhadores nas nossas campanhas de organização e de implementação de políticas.

Esta semana, vocês debaterão e decidirão os programas de acção e as políticas a implementar sobre as mais variadas questões, nomeadamente, a paz e o desarmamento, o desenvolvimento sustentável e justo, os direitos dos trabalhadores/as e as campanhas de reforço da liberdade sindical e da negociação colectiva, o emprego precário e as empresas multinacionais, a sindicalização na economia informal, os direitos dos migrantes e dos trabalhadores/as domésticos/as, a igualdade de remuneração e a igualdade de género, o desemprego juvenil, as alterações climáticas e muitos outros assuntos.

Estes debates e as vossas decisões serão colocados no centro do nosso trabalho em prol da justiça mundial, mas teremos de nos organizar agora se quisermos vencer.

Os sindicatos têm o poder de lutar pela consolidação da paz, pela criação e conservação das democracias, de rejeitar os governos que são contra os trabalhadores e os sindicatos, de combater os ditadores nas empresas, de lutar contra a exploração, de negociar uma distribuição equitativa da riqueza criada pelos trabalhadores e de garantir que os nossos impostos são investidos em serviços públicos e colectivos, no desenvolvimento e na

sustentabilidade...isto foi demonstrado por muitos de vós nos vossos próprios países. Contudo, devemos redobrar os esforços para sindicalizar os trabalhadores à escala nacional e mundial.

O Conselho do Global Unions deve desempenhar um papel central nos nossos objectivos prioritários na nossa capacidade de sindicalização; este Conselho agrupa a CSI e as Federações sindicais internacionais. Unidos poderemos consolidar as decisões tomadas estas semana e organizarmo-nos a fim de as cumprir. Devemos todos conquistar uma justiça mundial – as mulheres, os jovens, os deficientes e os migrantes – todos nós, sindicalizados, devemos manter-nos em contacto com as nossas comunidades e as outras comunidades mundiais.

Uma CSI unida, que partilhe os valores sindicais e persiga o objectivo comum de instaurar a justiça mundial – esta é a razão pela qual aqui estamos e nos iremos organizar a fim de que a CSI seja uma força mundial ainda mais forte que saiba fazer a mudança.

Agora as Pessoas – Sim!

A Justiça Mundial – Sim!

Viva a CSI!

Viva a Solidariedade!